



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Concurso Público para Provimento de Cargos de

Analista Judiciário – Área Administrativa

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Ciência e esoterismo

A astrologia é muito mais popular do que a astronomia. Um número muito maior de pessoas abre um jornal ou uma revista para consultar uma coluna astrológica do que para ler uma coluna sobre astronomia. E a astrologia não está sozinha: numerologia, quiromancia, cartas de tarô, búzios etc. também são extremamente populares.

Como físico, não cabe a mim explicar o porquê dessa irresistível atração pelo que obviamente está além do que chamamos fenômenos naturais. Mas posso ao menos oferecer uma conjectura. O fascínio pelo esotérico vem justamente de seu aspecto pessoal, privado: você paga a um profissional com conhecimentos ou "poderes" esotéricos para que ele fale sobre você, sua vida, seus problemas, seu futuro...

O problema com o esoterismo é que não temos nenhuma prova concreta, científica, de que certos fenômenos realmente ocorrem. As "provas" que foram oferecidas até o momento – fotos, depoimentos pessoais, sessões demonstrativas e compilações estatísticas de dados – misteriosamente se recusam a sobreviver quando testadas no laboratório sob o escrutínio do cientista ou após uma análise quantitativa mais detalhada.

Uma das grandes armas da ciência contra o charlatanismo é justamente a possibilidade de repetirmos certos experimentos tantas vezes quantas desejarmos. Os cientistas não precisam "acreditar" nos resultados de outros cientistas; basta repetir o experimento em seu próprio laboratório, sob condições idênticas, e os mesmos resultados devem ser encontrados.

Seria realmente fascinante se houvesse uma força desconhecida que pudesse influenciar nosso comportamento (ou pelo menos indicar tendências) a partir de um arranjo cósmico em que nós, como indivíduos, participássemos ativamente, uma espécie de astronomia personalizada.

Mas, para mim, mais fascinante ainda é seguir os passos de outros cientistas e dedicar toda uma vida ao estudo dos fenômenos naturais, armado apenas com inspiração e razão. Ao compreendermos um pouco mais sobre o mundo à nossa volta, estaremos, também, compreendendo um pouco mais sobre nós mesmos e sobre nosso lugar neste vasto e misterioso Universo.

(Marcelo Gleiser, **Retalhos cósmicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999)

1. Observando-se alguns dos recursos utilizados na construção do texto, verifica-se que
- (A) o emprego das aspas em "poderes" justifica-se do mesmo modo que em "provas".
 - (B) a falta de marca pessoal na linguagem garante a objetividade da demonstração.
 - (C) as expressões *astronomia personalizada* e *basta repetir o experimento* são manifestações da ironia do autor.
 - (D) o emprego das aspas em "acreditar" deve-se à ênfase atribuída a uma ação afirmativa dos cientistas.
 - (E) o emprego da palavra *inspiração*, no final do texto, revela que o autor reviu e retificou sua posição contrária ao esoterismo.

2. Na argumentação que desenvolve em seu texto, o autor se vale dos seguintes procedimentos:

- I. Não aceita a suposta popularização das crenças de natureza esotérica, considerando-a uma manipulação dos charlatões que têm interesse em propagar seus falsos poderes.
- II. Afirma que os fenômenos esotéricos não são comprovados quando submetidos a testes rigorosamente científicos ou a análises largas e detalhadas.
- III. Admite que a ciência é menos atraente que as práticas esotéricas, já que ela não se propõe a desvendar as grandes incógnitas do nosso Universo.
- IV. Conclui que a ciência também tem seus encantos, embora aceite que os que a praticam não costumam se valer dos conhecimentos já conquistados dentro da tradição científica.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) III e IV.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão do texto em:

- (A) *ao menos oferecer uma conjectura* = pleitear, mesmo assim, uma comprovação.
- (B) *seu aspecto pessoal, privado* = sua verdade íntima, inconfessável.
- (C) *arranjo cósmico* = pretexto universal.
- (D) *sob o escrutínio do cientista* = pela análise minuciosa do cientista.
- (E) *armado apenas com inspiração e razão* = tão-somente com a fé e a perseverança.

4. Quanto à concordância, está inteiramente correta a frase:

- (A) Não ocorrem aos cientistas imaginar que as explicações dos fenômenos naturais possam ser dadas pelas práticas esotéricas.
- (B) Se conviessem aos charlatões demonstrar suas crenças em experimentos de laboratório, eles seriam os primeiros a fazê-lo.
- (C) A todo cientista, seguindo os passos de seus antecessores e submetendo-se aos procedimentos próprios da ciência, cumprem desmascarar as malícias dos charlatões.
- (D) É desejável que se oponham às "provas" oferecidas pelos charlatões a prática das experiências controladas nos laboratórios.
- (E) Não se recorra às práticas esotéricas para que se "proven", sem nenhum rigor, "fatos" que não passem de construções da fantasia e da especulação.

5. Está correta a flexão de todos os verbos da seguinte frase:

- (A) Tudo o que advir de uma experiência esotérica sempre obterá, da parte dos cientistas, a atenção e o cuidado de uma verificação objetiva.
- (B) Os profissionais da quiromancia ou da numerologia não apreciam os consulentes que regateiam na hora do pagar o que lhes é pedido.
- (C) Quando diz que um cientista se "inspira", o autor sugere que ele intui um caminho, que ele se provê de confiança para considerar uma hipótese objetiva.
- (D) O esoterismo obstrue o caminho da ciência; a cada vez que manter os incautos distantes das práticas científicas, estará propagando o irracionalismo.
- (E) É explicável que creamos em práticas esotéricas, pois elas nos fornecem imediatamente explicações mirabolantes para todos os mistérios.

<p>6. Está correto o emprego de ambas as expressões sublinhadas na frase:</p> <p>(A) A popularidade <u>de que</u> goza a astronomia é muito maior do que aquela <u>em que</u> desfruta a astronomia.</p> <p>(B) O charlatanismo esotérico – uma prática <u>à qual</u> se deve dar incessante combate – arregimenta os indivíduos <u>em cuja</u> consciência há espaço para a credulidade.</p> <p>(C) Muitos crêem que há um arranjo cósmico <u>de cujo</u> cada um participa individualmente, mantendo com os astros uma relação <u>na qual</u> atribui sua própria personalidade.</p> <p>(D) A experimentação científica – para <u>o qual</u> controle existem rígidos paradigmas – não está sujeita à irracionalidade <u>com a qual</u> se submetem as "teorias" esotéricas.</p> <p>(E) Desde tempos antigos – de lá <u>aonde</u> vêm as credences mais populares – charlatões insistem em disseminar "teorias" <u>com que</u> a maioria da população se apegava.</p>	<p>9. Considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. Não cabe a um físico explicar a atração que tantos sentem pela astrologia.</p> <p>II. O autor formula uma conjectura, diante de tal atração.</p> <p>III. Sua conjectura é a de que a astrologia nos gratifica como indivíduos.</p> <p>As afirmações acima articulam-se de modo lógico, claro e correto no período:</p> <p>(A) Apesar de formular uma conjectura a respeito, o autor reconhece que não cabe a um físico explicar porque nos atraímos pelo esoterismo, até porque é assim que nos sentimos mais gratificados enquanto indivíduos.</p> <p>(B) O autor conjectura que somos mais gratificados individualmente pela astrologia, pois não cabe a um físico explicar o tipo de atração que tantos de nós comprovam quando se depara com a mesma.</p> <p>(C) A astrologia, na conjectura do autor, exerce uma gratificação individual sobre cada indivíduo, razão porquê tantos se deixam atrair por ela, conquanto não caiba a um físico explicar esse tipo de obsessão.</p> <p>(D) Sendo inegável que tantos sintam atração pela astrologia, o autor não se propõe a explicá-la, não se furtando a uma conjectura onde a razão estaria na nossa gratificação enquanto indivíduos.</p> <p>(E) O autor formula a conjectura de que, como indivíduos, sentimo-nos gratificados pela astrologia, reconhecendo que não cabe a um físico explicar esse tipo de atração a que tanta gente é sensível.</p>
<p>7. A única frase que NÃO admite transposição para a voz passiva é:</p> <p>(A) Podemos repetir uma experiência científica inúmeras vezes.</p> <p>(B) Os bons cientistas consideram o caminho traçado por seus antecessores.</p> <p>(C) Os melhores charlatões não resistem a um inquérito verdadeiramente científico.</p> <p>(D) Qualquer um de nós deseja compreender nosso vasto e misterioso Universo.</p> <p>(E) Que bom se conhecêssemos todas as forças responsáveis pela nossa existência...</p>	<p>10. A pontuação está inteiramente adequada na seguinte frase:</p> <p>(A) Essa possibilidade – a de repetirmos certos experimentos tantas vezes quantas desejarmos – é uma das grandes armas da ciência contra o charlatanismo.</p> <p>(B) Não cabe a mim, como físico explicar tamanha atração: por explicações de tudo o que está além do que chamamos fenômenos naturais.</p> <p>(C) Para mim, mais fascinante que as suposições astrológicas, é conduzir-me, do mesmo modo com que se conduziram, os cientistas que me precederam.</p> <p>(D) "Acreditar" nos resultados; eis uma coisa que não passa pela cabeça dos cientistas, cuja obstinação, está na comprovação dos fatos.</p> <p>(E) Pergunte-se a cada um, dos que crêem na astrologia, se não o seduz a idéia que sua personalidade deriva, efetivamente, de um certo arranjo cósmico?</p>

<p>11. Os monitores de computador <i>touch screen</i>, sensíveis ao toque, normalmente são compostos de um monitor</p> <p>(A) especialmente construído para esta finalidade.</p> <p>(B) CRT ou LCD e de uma película sensível ao toque.</p> <p>(C) CRT, somente, e de uma película sensível ao toque.</p> <p>(D) LCD, somente, e de uma película sensível ao toque.</p> <p>(E) de matriz ativa, somente.</p>	<p>16. Após selecionar as células desejadas, pode-se defini-las como área de impressão da planilha na opção</p> <p>(A) Configurar página, do menu Arquivo.</p> <p>(B) Quebra de página, do menu Inserir.</p> <p>(C) Visualizar a impressão, do menu Formatar.</p> <p>(D) Área de impressão, do menu Inserir.</p> <p>(E) Área de impressão, do menu Arquivo.</p>
<p>12. Para alternar de um programa em execução para outro, no Windows 98, pode-se selecionar o programa desejado clicando-se</p> <p>(A) as teclas Alt + Tab ou o botão na barra de tarefas.</p> <p>(B) as teclas Ctrl + Tab ou o botão na barra de tarefas.</p> <p>(C) as teclas Alt + Tab, somente.</p> <p>(D) as teclas Ctrl + Tab, somente.</p> <p>(E) o botão na barra de tarefas, somente.</p>	<p>17. Numa aplicação básica de comunicações e colaboração da Intranet, utiliza-se para conferência eletrônica, entre outras, uma ferramenta de</p> <p>(A) correio de voz.</p> <p>(B) fórum de discussão.</p> <p>(C) correio eletrônico.</p> <p>(D) editoração de páginas.</p> <p>(E) fluxo de trabalho.</p>
<p><u>Instruções:</u> As questões de números 13 e 14 referem-se ao MS Word 2000.</p> <p>13. A opção de alinhamento da marca de tabulação, que estende o texto à esquerda da marca até preencher o espaço da tabulação e, na seqüência, continua a estendê-lo à direita, denomina-se</p> <p>(A) Barra.</p> <p>(B) Decimal.</p> <p>(C) Esquerdo.</p> <p>(D) Centralizado.</p> <p>(E) Direito.</p>	<p>18. Para tornar disponível <i>off-line</i> uma página da Web atual, no MS Internet Explorer 6.0, deve-se marcar a correspondente caixa de seleção em</p> <p>(A) Adicionar a Favoritos, do menu Favoritos.</p> <p>(B) Organizar Favoritos, do menu Ferramentas.</p> <p>(C) Trabalhar <i>off-line</i>, do menu Favoritos.</p> <p>(D) Trabalhar <i>off-line</i>, do menu Arquivo.</p> <p>(E) Sincronizar <i>off-line</i>, do menu Ferramentas.</p>
<p>14. Na fonte minúscula em texto selecionado, que foi formatada em maiúscula e tamanho reduzido, aplicou-se o efeito</p> <p>(A) sobrescrito.</p> <p>(B) subscrito.</p> <p>(C) caixa alta.</p> <p>(D) relevo.</p> <p>(E) todas em maiúscula.</p>	<p><u>Instruções:</u> As questões de números 19 e 20 referem-se ao MS Outlook Express 6.</p> <p>19. Mais de uma caixa separada de correio, uma para cada usuário que utiliza o mesmo computador para email, é possível por meio de</p> <p>(A) identificações no catálogo de endereços.</p> <p>(B) criação de contas individuais.</p> <p>(C) definição de regras para mensagens.</p> <p>(D) criação de várias identidades.</p> <p>(E) sincronismo entre pastas de usuários.</p>
<p><u>Instruções:</u> As questões de números 15 e 16 referem-se ao MS Excel 2000.</p> <p>15. A edição e a exibição de gráficos extensos ou complexos, preservando-se o espaço na tela à medida em que se trabalha na planilha correspondente, devem ser realizadas em</p> <p>(A) relatórios de gráfico dinâmico.</p> <p>(B) relatórios de tabela dinâmica.</p> <p>(C) assistente de gráficos.</p> <p>(D) folhas de gráfico.</p> <p>(E) gráficos incorporados.</p>	<p>20. O acesso às mensagens armazenadas em um servidor é possível</p> <p>(A) exclusivamente com o protocolo IMAP, cujas contas sempre mostram todas as pastas disponíveis.</p> <p>(B) exclusivamente com o protocolo HTTP, cujas contas podem mostrar ou ocultar as pastas que desejar.</p> <p>(C) com os protocolos IMAP ou HTTP.</p> <p>(D) com os protocolos POP3 ou SMTP.</p> <p>(E) com os protocolos IMAP, HTTP, POP3 ou SMTP.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. No que tange aos sigilos fiscal e bancário, observa-se que

- (A) o *Habeas Corpus* é ação constitucional adequada para resguardar direito líquido e certo, portanto, idôneo para o judiciário reconhecer o direito e não quebrar os sigilos bancário e fiscal, salvo em hipóteses excepcionais.
- (B) são relativos e apresentam limites, podendo ser devassados pela Justiça Penal ou Civil e pelas Comissões Parlamentares de Inquérito, entretanto, não podem ser quebrados por requisição fiscal em procedimento administrativo.
- (C) o Tribunal Regional Eleitoral, conforme orientação do Supremo Tribunal Federal, pode decretar a quebra do sigilo bancário de parlamentar em investigação criminal.
- (D) é facultativa a manutenção do sigilo, quando fiscal, pelos órgãos competentes em relação às pessoas estranhas à causa, assim como a individualização do objeto da investigação.
- (E) são absolutos porque não apresentam limites nas leis tributárias e no âmbito da legislação bancária nacional e internacional, prevalecendo, ainda, o princípio do contraditório na fase inquisitorial.

22. Considerando os princípios constitucionais da organização partidária, é INCORRETO afirmar que a

- (A) infidelidade partidária pode manifestar-se de dois modos: oposição, por atitude ou pelo voto, a diretrizes legitimamente estabelecidas pelos partidos, e apoio ostensivo ou disfarçado a candidatos de outra agremiação.
- (B) disciplina e a fidelidade partidárias são, pela Constituição Federal, não uma determinante da lei, mas uma determinante estatutária, não sendo, porém, mera faculdade dos estatutos.
- (C) Constituição Federal permite que os partidos cominam sanções para os atos de indisciplina e infidelidade partidárias que podem ir de simples advertência até a perda do mandato.
- (D) disciplina não há de se entender como obediência cega aos ditames dos órgãos partidários, mas entre outros, a aceitação das decisões discutidas e tomadas pela maioria de seus filiados-militantes.
- (E) Constituição Federal não impõe um controle quantitativo aos partidos, embora haja a possibilidade de que venha a existir por via de lei, mas sim um controle qualitativo, em função do regime democrático.

23. Entre outras, é da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios,

- (A) criar, organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional, regional ou local.
- (B) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, com a criação de um órgão regulador.
- (C) explorar, mediante autorização, permissão ou concessão, a navegação aérea, a infra-estrutura portuária e os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais.
- (D) registrar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.
- (E) organizar, manter e executar a inspeção do trabalho, assim como estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade da garimpagem, em forma associativa.

24. Em relação aos tipos de controle da administração financeira e orçamentária, em face do Direito Constitucional brasileiro, encontram-se, entre outros,

- I. aquele que vem expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.
- II. o cabível aos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização das despesas, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.
- III. o referente aos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.

Tais situações dizem respeito, respectivamente, ao controle de

- (A) resultados e cumprimento de programas de trabalho de metas; legalidade; fidelidade funcional.
- (B) economicidade; legitimidade; resultados e cumprimento de programas de trabalho de metas.
- (C) legalidade; economicidade; resultados e cumprimento de programas de metas.
- (D) legitimidade; resultado e cumprimento de programas de metas; fidelidade funcional.
- (E) fidelidade funcional; economicidade; legalidade.

<p>25. A atividade econômica do Estado, no Brasil, está sujeita a vários princípios gerais, dentre eles, o da</p> <p>(A) autonomia nacional econômica, consistente na exploração direta da atividade econômica, restrita aos monopólios.</p> <p>(B) constituição econômica formal, que diz respeito, tão-somente, à independência nacional, ou seja, à soberania nacional econômica.</p> <p>(C) livre concorrência, que se refere à liberdade absoluta de indústria e comércio ou liberdade de empresa e liberdade de contrato.</p> <p>(D) liberdade da iniciativa econômica, que assegura o livre exercício de todas as atividades econômico-financeiras sempre com a autorização de órgão público.</p> <p>(E) integração, que abrange a defesa do consumidor, a defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades sociais e a busca do pleno emprego.</p>	<p>28. Em relação aos princípios gerais do Sistema Tributário Nacional conclui-se que</p> <p>(A) a instituição de impostos, taxas e empréstimos compulsórios é de competência privativa da União, dos Estados e dos Municípios.</p> <p>(B) as contribuições sociais e de interesse das categorias profissionais ou econômicas são de competência comum da União e dos Estados.</p> <p>(C) as contribuições para o custeio do serviço de iluminação pública competem exclusivamente aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal.</p> <p>(D) a instituição de contribuições para custeio do sistema de assistência social, excluídas as de seguridade social, é de competência privativa dos Estados.</p> <p>(E) cabe à lei complementar dispor sobre os conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.</p>
<p>26. Considere as afirmações:</p> <p>I. A Defensoria Pública da União é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, assegurada a seus integrantes a garantia de inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.</p> <p>II. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República, dentre integrantes da carreira, maiores de 35 anos, para mandato de 2 anos, incumbindo-lhe, dentre outras atividades, a de consultoria e a de assessoramento jurídico do Poder Executivo.</p> <p>III. A Advocacia Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de 35 anos, incumbindo-lhe, dentre outras atribuições, a defesa dos interesses sociais e a dos individuais indisponíveis.</p> <p>IV. O Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal formarão lista tríplice, dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de 2 anos, permitida a recondução, incumbindo-lhe, dentre outras atribuições, a defesa do regime democrático.</p> <p>Estão corretas APENAS</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>29. No processo legislativo,</p> <p>(A) o direito de propor emendas é uma faculdade de os membros ou órgãos de cada uma das Casas do Congresso Nacional sugerirem modificações nos interesses relativos à matéria contida em projetos de lei.</p> <p>(B) a votação da matéria legislativa constitui ato individual das Casas do Congresso Nacional, de caráter decisório, que se forma, tão-somente, por maioria simples e maioria absoluta.</p> <p>(C) o veto é ato legislativo privativo do Presidente da República, enquanto que a sanção cabe também às Casas do Congresso Nacional.</p> <p>(D) a iniciativa das leis é prerrogativa dos Presidentes da República, do Congresso Nacional e dos Tribunais Superiores, vedada a iniciativa privada.</p> <p>(E) o procedimento legislativo sumário é aplicável na elaboração de medidas provisórias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções.</p>
<p>27. Na questão referente à recorribilidade das decisões em matéria eleitoral, é certo que</p> <p>(A) o Tribunal Superior Eleitoral poderá rever as decisões contra disposição expressa de lei, mas não as que versarem sobre expedição de diploma nas eleições.</p> <p>(B) as decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais são sempre recorríveis por força do princípio do duplo grau de jurisdição.</p> <p>(C) o Superior Tribunal de Justiça não tem competência para rever as decisões da Justiça Eleitoral.</p> <p>(D) as decisões do Tribunal Superior Eleitoral que denegarem o <i>habeas data</i> e o mandado de injunção são irrecurríveis.</p> <p>(E) a divergência na interpretação de lei entre dois tribunais ou entre dois ou mais tribunais eleitorais é irrecurrível.</p>	<p>30. São requisitos para a nomeação de Ministros do Tribunal de Contas da União, dentre outros, que</p> <p>(A) metade deles tenham sido ocupantes de cargos de carreira, e escolhidos pelo Presidente da República, com aprovação da Câmara dos Deputados.</p> <p>(B) o escolhido conte com mais de 30 e menos de 60 anos de idade, e seja de reputação ilibada.</p> <p>(C) o escolhido tenha mais de 15 anos de exercício de efetiva atividade profissional que exija conhecimentos técnicos, e tenha idoneidade moral.</p> <p>(D) o escolhido tenha notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública, e seja brasileiro.</p> <p>(E) um quinto deles sejam oriundos da atividade privada e escolhidos pelo Congresso Nacional, com o referendo do Presidente da República.</p> <p>31. Dentre os princípios de observância obrigatória pela administração pública, expressamente previstos na Constituição Federal, está o da</p> <p>(A) proporcionalidade.</p> <p>(B) autotutela.</p> <p>(C) eficiência.</p> <p>(D) razoabilidade.</p> <p>(E) hierarquia.</p>

<p>32. Incluem-se entre as entidades estatais</p> <p>(A) os Estados e as Autarquias.</p> <p>(B) a União e os Municípios.</p> <p>(C) as empresas públicas e as sociedades de economia mista.</p> <p>(D) as fundações públicas e o Distrito Federal.</p> <p>(E) as administrações indiretas de qualquer dos Poderes.</p>	<p>37. A criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental que acarretem aumento da despesa, além de outras exigências, serão acompanhados de</p> <p>(A) demonstração da receita corrente líquida atual, com as premissas e a metodologia de cálculo utilizadas.</p> <p>(B) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes.</p> <p>(C) declaração do ordenador de despesa no sentido de que há dotação orçamentária específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>(D) previsão da receita corrente líquida para os dois anos subseqüentes, com a memória de cálculo utilizada para a estimativa.</p> <p>(E) estimativa do crédito genérico, a ser necessariamente contemplado no próximo plano plurianual.</p>
<p>33. Considere as afirmações relativas aos contratos da administração.</p> <p>I. A imprevisão não encontra amparo na lei que instituiu normas para licitações e contratos na administração pública, tratando-se de teoria largamente aceita.</p> <p>II. O fato do príncipe caracteriza-se pela alteração unilateral do contrato pela administração pública.</p> <p>III. Tanto a teoria da imprevisão quanto o fato do príncipe podem, por acordo das partes, ensejar a alteração dos contratos pertinentes a obra, serviço ou fornecimento à administração pública.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>38. É vedado ao ente, cujas despesas totais com pessoal excederem aos limites previstos na lei e não alcançarem a redução no prazo determinado por ela, o recebimento de transferências voluntárias entendidas como</p> <p>(A) a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, salvo por determinação constitucional ou legal, ou se destinados ao Sistema Único de Saúde.</p> <p>(B) a alocação de pessoal, a pedido, ainda que decorrente de vaga existente naquele ente da Federação, exceto na hipótese de serviços cuja interrupção possa causar prejuízo ao interesse público.</p> <p>(C) a permuta, a pedido, entre titulares de cargos públicos, estando ambos em situação funcional equivalente, salvo os cargos de direção e assessoramento superior (DAS).</p> <p>(D) o preenchimento de vaga, no interesse do servidor, quando solicitado para efeito de união de cônjuges, exceto no caso de exercício de cargo especial em região de fronteira.</p> <p>(E) a admissão de pessoal para cargos vagos colocados em concurso público, salvo se os interessados ocuparem outros cargos públicos e pertencerem ao mesmo ente e Poder.</p>
<p>34. NÃO é modalidade de garantia na contratação de obras, serviços e compras pela administração:</p> <p>(A) hipoteca.</p> <p>(B) caução em dinheiro.</p> <p>(C) seguro-garantia.</p> <p>(D) caução em títulos da dívida pública.</p> <p>(E) fiança bancária.</p>	<p>39. A garantia para assegurar o cumprimento dos contratos administrativos</p> <p>(A) depende de previsão no instrumento convocatório e a modalidade não depende de opção por estar expressamente prevista em lei.</p> <p>(B) não depende de previsão no instrumento convocatório e a modalidade é escolhida pela administração.</p> <p>(C) é exigida apenas na fase da habilitação, quando apurada a qualificação econômico-financeira.</p> <p>(D) é imposta unilateralmente pela administração, ante o princípio da legalidade.</p> <p>(E) depende de previsão no instrumento convocatório, cabendo ao interessado a opção por uma das modalidades previstas em lei.</p>
<p>35. A apuração de irregularidade no serviço público, da qual possa resultar ao servidor a imposição de pena de demissão, será feita por meio de</p> <p>(A) investigação sumária.</p> <p>(B) sindicância.</p> <p>(C) inquérito administrativo.</p> <p>(D) processo judicial.</p> <p>(E) processo administrativo disciplinar.</p> <p>36. A investidura em cargo público ocorrerá com</p> <p>(A) o provimento.</p> <p>(B) a nomeação.</p> <p>(C) o aproveitamento.</p> <p>(D) a posse.</p> <p>(E) a aprovação em concurso.</p>	

<p>40. O inquérito administrativo é</p> <p>(A) a investigação prévia ao processo administrativo disciplinar.</p> <p>(B) a fase inicial da sindicância.</p> <p>(C) meio de imposição de penalidade de advertência.</p> <p>(D) fase do processo administrativo disciplinar.</p> <p>(E) meio de imposição de suspensão de até 30 dias.</p>	<p>44. Nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados for superior a 20, as Coligações para as eleições proporcionais, independentemente do número de Partidos que as integrarem, poderão registrar candidatos, em relação ao número de lugares a preencher, até</p> <p>(A) 250%.</p> <p>(B) 225%.</p> <p>(C) 150%.</p> <p>(D) o dobro.</p> <p>(E) o triplo.</p>
<p>41. Paulo é Senador eleito pelo Partido Alfa, está encerrando seu mandato e é candidato à reeleição. Para as eleições majoritárias destinadas à renovação de duas vagas no Senado Federal, inclusive a sua, Paulo terá</p> <p>(A) o direito de conservar o mesmo número que lhe foi atribuído no pleito anterior e com o qual concorreu.</p> <p>(B) seu número obrigatoriamente sorteado na Convenção Partidária, com a dezena do Partido, entre as unidades de 1 ou 2.</p> <p>(C) seu número obrigatoriamente sorteado na Convenção Partidária, com a dezena do Partido, entre as unidades de 1 a 10.</p> <p>(D) seu número obrigatoriamente sorteado na Convenção Partidária, com a dezena do Partido, entre as centenas de 11 a 99.</p> <p>(E) seu número obrigatoriamente sorteado na Convenção Partidária, com a dezena do Partido, entre as unidades de 101 a 299.</p>	<p>45. José da Silva é Deputado Estadual e está encerrando seu mandato, no qual concorreu com seu nome completo e às variações “Silva” e “Grandão”. É candidato à reeleição. Decorrido o período de registro de candidaturas constatou-se a existência de outro candidato, de outro Partido, de nome Pedro Costa, que indicou como variação nominal o mesmo apelido “Grandão”. Nesse caso, a Justiça Eleitoral</p> <p>(A) deferirá o uso da variação nominal “Grandão” ao candidato Pedro Costa, ficando José da Silva impedido de fazer propaganda com essa mesma variação.</p> <p>(B) deferirá o uso da variação nominal “Grandão” ao candidato José da Silva, ficando Pedro Costa impedido de fazer propaganda com essa mesma variação.</p> <p>(C) notificará os dois candidatos para que, em dois dias, cheguem a acordo sobre os nomes a serem usados e, não havendo acordo, deferirá ambos os registros apenas com os respectivos nomes e sobrenomes.</p> <p>(D) notificará os dois candidatos para que, em dois dias, cheguem a acordo sobre os nomes a serem usados e, não havendo acordo, deferirá o uso da variação nominal “Grandão” àquele que tiver protocolado o pedido de registro em primeiro lugar.</p> <p>(E) notificará os dois candidatos para que, em dois dias, cheguem a acordo sobre os nomes a serem usados e, não havendo acordo, deferirá o uso da variação nominal “Grandão” ao mais velho.</p>
<p>42. Têm legitimidade para formular impugnação a pedido de registro de candidatura</p> <p>(A) apenas os candidatos.</p> <p>(B) apenas os Partidos Políticos ou Coligações.</p> <p>(C) apenas o Ministério Público Eleitoral.</p> <p>(D) qualquer eleitor regularmente alistado na circunscrição eleitoral em que ocorrer a eleição.</p> <p>(E) o Ministério Público Eleitoral, os Partidos Políticos ou Coligações e os candidatos.</p>	<p>46. Quanto aos Partidos Políticos é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) observada a lei civil, no caso de incorporação, cabe ao Partido, incorporando deliberar por maioria absoluta de votos, em seu órgão nacional de deliberação, sobre a adoção do estatuto e do programa de outra agremiação.</p> <p>(B) fica cancelado, junto ao Ofício Cível e ao Tribunal Superior Eleitoral, o registro do Partido que, na forma de seu estatuto, se dissolva, se incorpore, ou venha a se fundir a outro.</p> <p>(C) o Partido está obrigado a enviar, anualmente, ao Ministério Público Eleitoral, o balanço contábil do exercício findo, até o dia 30 de abril do ano seguinte.</p> <p>(D) o Partido Político, em nível nacional, não sofre a suspensão das quotas do Fundo Partidário, nem qualquer outra punição, como consequência de atos praticados por órgãos regionais ou municipais.</p> <p>(E) somente o registro do estatuto do Partido no Tribunal Superior Eleitoral assegura a exclusividade da sua denominação, sigla e símbolos, vedada a utilização por outros Partidos de variações que venham a induzir a erro ou confusão.</p>
<p>43. Se a convenção para escolha de candidatos não indicar o número máximo a que o Partido tem direito e não tiver sido celebrada Coligação, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas</p> <p>(A) pelos mais antigos dentre os integrantes da convenção.</p> <p>(B) pelo órgão de direção do Partido.</p> <p>(C) por nova convenção.</p> <p>(D) por livre escolha do candidato ao Governo do Estado.</p> <p>(E) por livre escolha dos 10 filiados de maior antiguidade no Partido.</p>	

<p>47. A respeito da propaganda eleitoral, pode-se afirmar que</p> <p>(A) é permitida a realização de carreatas no dia das eleições.</p> <p>(B) a realização de comício em recinto aberto depende de autorização da Polícia Militar.</p> <p>(C) é vedada a propaganda eleitoral paga na imprensa escrita, em qualquer espaço, com ou sem fotografia.</p> <p>(D) durante o mês de julho do ano da eleição, é vedada às emissoras de rádio a divulgação de programa apresentado por pré-candidato às eleições proporcionais.</p> <p>(E) a partir de 1º de julho do ano da eleição, é vedada às emissoras de televisão a divulgação de programa, ainda que preexistente, que se refira a candidato escolhido em convenção.</p>	<p>51. As funções administrativas são</p> <p>(A) direção, controle, investigação e liderança.</p> <p>(B) previsão, investigação, liderança e motivação.</p> <p>(C) coordenação, previsão, planejamento e controle.</p> <p>(D) planejamento, organização, direção e controle.</p> <p>(E) organização, coordenação, investigação e previsão.</p>
<p>48. Pedro foi nomeado para o cargo de médico do serviço de saúde do Estado, para o qual foi aprovado em concurso público. Essa nomeação será legal, se tiver ocorrida no prazo de 3 meses que antecede o pleito eleitoral até a posse dos eleitos,</p> <p>(A) mesmo que o concurso público tenha sido homologado durante esse prazo.</p> <p>(B) desde que o concurso público já estivesse aberto quando do início desse prazo.</p> <p>(C) desde que o concurso público tenha sido homologado antes desse prazo.</p> <p>(D) desde que a proclamação do resultado do concurso público tenha ocorrido antes desse prazo, ainda que a homologação tenha ocorrido depois.</p> <p>(E) desde que o concurso público tenha sido homologado, no mínimo, até 6 meses antes desse prazo.</p>	<p>52. Um dos principais pontos da abordagem sistêmica das organizações é</p> <p>(A) o reconhecimento de que quanto mais o agrupamento de tarefas em departamentos obedecer o princípio de semelhança mais eficiente será a organização.</p> <p>(B) a compreensão adequada de conceitos de papéis, normas e valores, como componentes relevantes de um sistema social.</p> <p>(C) o reconhecimento de que o homem é, ao mesmo tempo, condicionado pelo sistema social e pelas demandas de ordem biológica.</p> <p>(D) a definição de organização como um sistema de forças ou atividades conscientes e coordenadas, de dois ou mais indivíduos.</p> <p>(E) a possibilidade de analisar a organização e seu relacionamento com os sistemas políticos.</p>
<p>49. O princípio majoritário é o adotado, dentre outros, na eleição direta para</p> <p>(A) o Senado Federal.</p> <p>(B) a Câmara dos Deputados.</p> <p>(C) a Câmara Legislativa do Distrito Federal.</p> <p>(D) as Assembléias Legislativas.</p> <p>(E) as Câmaras Municipais.</p>	<p>53. O Orçamento Programa é considerado um importante instrumento para</p> <p>(A) harmonizar as relações entre os poderes executivo e legislativo, aplainando previamente pontos conflitivos.</p> <p>(B) manter claramente os níveis de desembolso compatibilizados entre União, Estados e Municípios.</p> <p>(C) compatibilizar objetivos e cumprimento de tarefas com desembolsos.</p> <p>(D) eliminar despesas excessivas por parte dos Poderes Legislativo e Judiciário.</p> <p>(E) estimular o clientelismo como prática administrativa do setor público.</p>
<p>50. Considere as afirmações relativas aos Partidos Políticos.</p> <p>I. O Partido Político é pessoa jurídica de direito público, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.</p> <p>II. É assegurada ao Partido Político autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento.</p> <p>III. O requerimento de registro de Partido Político, dirigido ao cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Capital Federal deve ser subscrito por seus fundadores, em número nunca inferior a 100, com domicílio eleitoral em, no mínimo, 5 Estados.</p> <p>Está correta APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) I.</p>	<p>54. O instrumento que objetiva ajustar o ritmo de execução do orçamento anual ao fluxo provável de recursos é</p> <p>(A) a programação financeira de desembolso.</p> <p>(B) a lei de diretrizes orçamentárias.</p> <p>(C) o plano geral do governo.</p> <p>(D) o orçamento plurianual de investimentos.</p> <p>(E) a programação geral, setorial e regional do governo.</p> <p>55. A afirmação "Ninguém motiva ninguém" parte da premissa de que a motivação</p> <p>(A) é tarefa indelegável do líder.</p> <p>(B) depende da fenotipia.</p> <p>(C) depende do atendimento à hierarquia das necessidades de Maslow.</p> <p>(D) é explicada por fatores hereditários.</p> <p>(E) é fenômeno de origem intrapessoal.</p>

<p>56. Determina, dentre outros fatores, uma comunicação efetiva:</p> <p>(A) ampliar os canais de comunicação.</p> <p>(B) potencializar os ruídos da comunicação.</p> <p>(C) saber ouvir.</p> <p>(D) ter fluência na interlocução.</p> <p>(E) ter expressão corporal e correção gramatical acurados.</p>	
<p>57. Nas organizações, a administração de salários tem como objetivo principal</p> <p>(A) promover a integração de todos os participantes da organização.</p> <p>(B) elaborar periodicamente a relação de salários comparativos.</p> <p>(C) estabelecer programas para rever os salários.</p> <p>(D) manter o equilíbrio interno, por meio de estruturas salariais compatíveis com o mercado externo.</p> <p>(E) propor recompensas e punições para manter um comportamento estável dos empregados.</p>	
<p>58. O processo de Treinamento inicia-se quando</p> <p>(A) as necessidades de treinamento são levantadas.</p> <p>(B) o cargo tem suas tarefas analisadas.</p> <p>(C) o funcionário é admitido.</p> <p>(D) a unidade de linha solicita o início desse processo.</p> <p>(E) está caracterizado que o funcionário não desenvolve bem suas funções.</p>	
<p>59. O objetivo fundamental da Avaliação de Desempenho do Empregado é</p> <p>(A) identificar os empregados problemáticos para desligá-los da organização.</p> <p>(B) melhorar os resultados dos recursos humanos da organização.</p> <p>(C) identificar os empregados problemáticos e mesclá-los nas áreas para não concentrar as ineficiências.</p> <p>(D) fornecer à Gerência, e exclusivamente a ela, a situação dos empregados na organização.</p> <p>(E) definir uma base para reajustar salários.</p>	
<p>60. A rotatividade de Pessoal e o absenteísmo dizem respeito, respectivamente, a empregados</p> <p>(A) que estão em contínuo treinamento e que estão em constantes mudanças.</p> <p>(B) descompromissados e omissos.</p> <p>(C) desmotivados com o trabalho e ausentes ao trabalho.</p> <p>(D) promovidos com frequência e preocupados com a frequência ao serviço.</p> <p>(E) que sempre mudam de emprego e que faltam ao serviço.</p>	